



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA  
CURSO DE PEDAGOGIA

**MAIRA VIRGÍNIA SILVA ALCÂNTARA**

**FORMAÇÃO CONTINUADA: SABERES NECESSÁRIOS PARA INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA  
MUNICIPAL DE IMPERATRIZ-MA**

Imperatriz

2013

**MAIRA VIRGÍNIA SILVA ALCÂNTARA**

**FORMAÇÃO CONTINUADA: SABERES NECESSÁRIOS PARA INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA  
MUNICIPAL DE IMPERATRIZ-MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de  
Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST para  
obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Silvia Sousa Silva Albuquerque

Imperatriz

2013

Alcântara, Maria Virgínia Silva.

Formação continuada: saberes necessários para inclusão de alunos com necessidades educacionais Especiais em uma escola municipal na de Imperatriz-MA. / Maira Virginia Silva Alcântara. – Imperatriz, 2013.

57 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Silvia Sousa Silva Albuquerque

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia de Imperatriz Maranhão/ (CCSST) / Universidade Federal do Maranhão, 2013.

1. Alunos - necessidades educacionais especiais. 2. Professores - formação continuada. 3. Inclusão. 4. Educação inclusiva. I. Título.

CDU 371.13:376.043.2(812.12)

A347f

**MAIRA VIRGÍNIA SILVA ALCÂNTARA**

**FORMAÇÃO CONTINUADA: SABERES NECESSÁRIOS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ-MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Silvia Sousa Silva Albuquerque (Orientadora)  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Educação do Campo.  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Herli de Sousa Carvalho (Examinadora)  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> em Ciências da Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

Rita Maria Gonçalves de Oliveira (Examinadora)  
Prof.<sup>a</sup> Mestre em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais, meu esposo e meus professores que compartilharam comigo toda esta trajetória.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, primeiramente, por ter-me dado fé e coragem para superar cada obstáculo encontrado. Ele é razão do meu existir, sem Ele eu nada seria.

À minha família.

À minha mãe, Deuzelina Costa, a maior incentivadora da minha formação.

Ao meu pai, Vicente Alcântara, pela confiança e dedicação.

Ao meu esposo, Helio Soares, pela paciência.

À minha orientadora, Silvia Albuquerque, pelo apoio, orientação e conselhos que me acalmavam e me incentivavam na construção deste trabalho.

À Profa. Rita que esteve me auxiliando na construção do projeto.

Às minhas amigas Alice Silva e Janacilda Leite, que tive a oportunidade de conhecer durante o curso e poder contar com amizade, dedicação e incentivo para chegar até o final.

A todos os meus colegas das turmas que passei que ficarão guardados para sempre.

Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive. Sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Mario Quintana

## RESUMO

A presente monografia tem como objetivo promover uma reflexão sobre os benefícios da formação continuada para uma atuação docente inclusiva dos profissionais que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, buscando investigar se essa formação continuada com foco na educação inclusiva atende a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais capacitando os professores de uma escola do ensino regular municipal de Imperatriz – MA. A pesquisa bibliográfica que teve como embasamento o referencial teórico aborda desde um breve resgate histórico da educação inclusiva até os desafios da escola contemporânea para uma proposta pedagógica inclusiva. Foi realizada a pesquisa de campo, aplicando-se questionário com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa parte do enfoque fenomenológico, que consiste em observar, ouvir e ao mesmo tempo analisar fatos que se almeja aprender. Assim segue com uma abordagem qualitativa em que analisa os fatos mediante sua realidade. No que se refere à formação continuada para uma atuação docente inclusiva, o professor deve estar sempre em busca de novas formações não se limitando aos possíveis conhecimentos que já possui, pois enfrentar uma sala com alunos heterogêneos requer mais que uma formação inicial, é necessária uma formação qualificada que tenha subsídios a oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Formação Continuada. Alunos com NEE. Inclusão



## **ABSTRACT**

This monograph aims to promote reflection on the benefits of continued education for an inclusive teaching practice of the professionals who work with students with special educational needs in order to investigate whether this continued education focusing on inclusive education meets the inclusion of pupils with special educational needs qualifying teachers of a school from the regular education of the city of Imperatriz - MA. The literature review that has as basis the theoretical approaches provided a brief historical review of inclusive education until the challenges of contemporary school for a pedagogical inclusion. A field research was carried out, applying questionnaire with open and closed questions. The research used a phenomenological approach, which consists in observing and listening while analyzing facts one wishes to learn. Thus follows with a qualitative approach in analyzing the facts upon their reality. Regarding continued education for an inclusive educational performance, the teacher should always be looking for new educational opportunities not limiting himself/herself to the knowledge they possible already have, because facing a heterogeneous classroom requires more than an initial training, it requires qualified training that makes it possible to offer subsidies to students with special educational needs.

Keywords: Continuing Education. Pupils with special education needs. Inclusion

## LISTA DE SIGLAS

<b>APAE</b> –	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
<b>AEE</b> –	Atendimento Educacional Especializado
<b>CENESP</b> –	Centro Nacional de Educação Especial
<b>FUNDEF</b> –	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
<b>LDB</b> –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>LIBRAS</b> –	Língua Brasileira de Sinais
<b>MEC</b> –	Ministério da Educação e Cultura
<b>NEE</b> –	Necessidades Educacionais Especiais
<b>PCN</b> –	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PNE</b>	Plano Nacional da Educação
<b>RENAFOR-</b>	Rede Nacional de Formação Continuada de Professores
<b>REI</b> –	<i>Regular Education Initiative</i>
<b>SEMED</b> –	Secretaria Municipal de Educação e Desporto
<b>SIADÉ</b> –	Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade
<b>UAB</b> –	Universidade Aberta do Brasil

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
2	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um breve resgate histórico .....</b>	<b>15</b>
2.1	<b>Tipos de necessidades especiais e suas especificidades .....</b>	<b>17</b>
2.2	<b>Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: aspectos legais .....</b>	<b>20</b>
3	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL .....</b>	<b>26</b>
3.1	<b>Ações relacionadas à formação dos professores da rede municipal de ensino de Imperatriz numa perspectiva inclusiva: Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI).....</b>	<b>29</b>
4	<b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA UMA PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA.....</b>	<b>31</b>
5	<b>DESAFIOS DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA PARA UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA .....</b>	<b>37</b>
6	<b>ESCOLA CAMPO: resultados e análise da pesquisa .....</b>	<b>41</b>
7	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação especial se desenvolveu, durante uma longa trajetória, desvinculada do ensino regular. Somente a partir da década de 1990, a política de educação especial orientada por uma perspectiva inclusiva busca garantir que a educação do aluno com necessidades educacionais especiais aconteça nas escolas de ensino regular.

Diante do desafio da educação inclusiva, a escola necessita se organizar para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais de acordo com essas necessidades.

O paradigma da inclusão traz novos desafios para a escola que precisará rever suas práticas homogeneizadoras em detrimento de uma educação que reconheça e valorize a diversidade. Dessa forma, a escola necessita se reorganizar para atender às diferentes necessidades que os alunos com necessidades educacionais especiais possam apresentar.

A escola comprometida com os princípios de uma escola inclusiva deve preocupar-se com a garantia de uma educação de qualidade para todos os seus alunos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, sendo seu principal desafio desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, que seja capaz de educar e incluir além dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola.

O professor tem um papel fundamental no processo de aprendizagem do aluno. Assim, cabe também a ele desenvolver práticas que facilitem o aprendizado à medida que compreende as dificuldades de cada educando e busca desenvolver seu potencial.

Nessa perspectiva, a formação do professor constitui-se um dos grandes desafios para a inclusão. Diante disso, a pesquisa busca analisar os benefícios da formação continuada para uma atuação docente inclusiva dos profissionais que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante do exposto, faz-se necessário conhecer como ocorre a formação continuada do professor que atua nas escolas de ensino regular e a relação entre teoria e prática que se estabelece por meio dos conteúdos presentes em sua

formação diante da necessidade que o processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais requer.

A partir desse contexto foram levantadas as seguintes questões norteadoras: Como a formação continuada dos professores é realizada a fim de prepará-los para atenderem alunos com necessidades educacionais especiais? Como se efetiva a relação entre teoria e prática na formação de professores para a educação inclusiva? Qual é a percepção dos professores sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais? Quais são os desafios e possibilidades que surgem com a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular?

Nesse contexto, buscou-se realizar uma pesquisa qualitativa, pois aborda as atividades da ciência, que tem como foco a construção da realidade, mas tem grande preocupação com as ciências sociais em um contexto das informações importantes que não podem ser quantificadas, já que envolvem crenças, valores, significados e as profundas relações que não podem ser restringidos à operacionalização de variáveis. Assim, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa em que analisa os fatos mediante a sua realidade em ação; e quantitativa, para obter dados concretos da pesquisa.

A pesquisa será realizada em uma escola do bairro Nova Imperatriz, por princípios éticos não será divulgado o nome da escola que constituirá o local da pesquisa, como também será garantido o anonimato das pessoas que são os sujeitos investigados. A fim de confrontar a dicotomia com a realidade optar-se-á pela pesquisa de campo, em que se utilizou como instrumento de coleta de dados o questionário com questões abertas e fechadas.

Para um bom desenvolvimento do estudo, inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica, baseada em Gil (2007, p.44), segundo quem a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Posteriormente, realizou-se a pesquisa de campo, buscando desvelar a realidade investigada.

Acredita-se que esta pesquisa é relevante por inserir-se no contexto amplo das discussões referentes à inclusão no contexto atual, como também por buscar conhecer como se efetiva a formação de professores a partir das mudanças advindas com a política de educação inclusiva.

No entanto, o trabalho é importante também por tratar de um tema como a inclusão em uma sociedade em que os direitos dos grupos minoritários, entre eles o das pessoas que possuem deficiência, devem ser garantidos pela lei. Além disso, esta pesquisa busca também conhecer como ocorre o processo de efetivação da política de educação inclusiva em uma realidade específica.

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um breve resgate histórico**

A história da educação é repleta de acontecimentos sociais, políticos e culturais que implicam mudanças no âmbito educacional. Acredita-se que nenhum seguimento travou uma luta tão grande como a área da educação, objetivando alcançar uma educação de qualidade, que pudesse abranger todos os cidadãos, independente da sua classe social ou de sua condição mental, física e psicológica.

Informações em registros antigos mostram que durante muito tempo houve resistência para aceitação de pessoas com alguma deficiência ou necessidade especial, fato que deixa claro a exclusão dessas pessoas. Na Idade Média, os adultos e crianças com deficiência eram vistos como demônios e hospedeiros de maldições trazidas de outras vidas. A visão construída em relação às pessoas deficientes nessa época da história reforça o não reconhecimento das diferenças comportamental em relação às pessoas deficientes.

Uma visão mais humana em relação as pessoas que possuem deficiência somente ocorre quando a fase do Renascimento se inicia, não deixando de existir discriminação e segregação, passando a serem mais aceitáveis as enfermidades.

O Instituto Pestalozzi foi um dos principais colaboradores para que a integração dos alunos com deficiência surgisse na história da educação especial. Esse Instituto foi criado através da concepção da pedagogia social do educador suíço Henrique Pestalozzi e tinha como objetivo proporcionar aos alunos com deficiência momentos favoráveis à vida social, tentando assim trabalhar esse aluno para o convívio social. Esse foi também um dos primeiros institutos a trabalhar com a orientação pré-profissionalizante de jovens com deficiência.

Em 1961, a educação especial deu um salto graças à homologação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4024/61), na qual a educação de alunos com deficiência passou a ser integrada ao sistema regular de ensino, dando assim oportunidade para que todos os alunos frequentassem a escola. No entanto o atendimento educacional nessa época era desenvolvido por instituições particulares e filantrópicas, que eram supervisionadas pelo governo.

No século XIX, diversas expressões eram utilizadas para referirem-se ao atendimento educacional às pessoas com deficiência: “Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica,

Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa (MAZZOTTA, 1998, p.17).

Objetivando o atendimento a pessoas com deficiência mental, surgiu a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), visando ao atendimento de pessoas com deficiência mental. Com o seu trabalho e insistência pela causa defendida, essa associação levou o governo do país a criar leis que favorecessem a existência da integração de pessoas com deficiência mental. Como consequência houve a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) através do Decreto nº72.425, que foi concebido pelo então Presidente Emílio Garrastazu. Esse Centro tinha a finalidade de solicitar, em todo o território nacional, ampliação e melhorias no atendimento aos deficientes mentais.

A partir da Constituição Federal de 1988, também houve avanços para um real processo de inclusão das pessoas com deficiências, pois a carta magna legisla sobre o direito de uma educação especializada dentro da escola da rede pública de ensino. Isso fez com que o aluno com necessidades especiais fosse visto de maneira diferenciada, reconhecendo que ele necessita de um atendimento educacional que abranja suas necessidades e que possa ao mesmo tempo desenvolver suas habilidades e competências como aluno.

A legislação ao longo da história da educação vem contribuindo de forma positiva com a educação para os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o acesso à integração de forma inclusiva. Dentro desse princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) aborda no artigo 58 os direitos de pessoas com necessidades especiais que devem ser respeitados pela escola e pelo governo. Esse artigo diz que a educação especial é para todos que possuam qualquer necessidade física ou mental, ponto esse que vai ao encontro da educação inclusiva.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.



§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, p.177).

Há um comprometimento por parte da lei, pois assegura a inclusão de alunos com diferentes tipos de necessidades educacionais especiais e a valorização do processo de aprendizagem dentro das escolas do ensino regular da educação brasileira.

Ao longo da história da educação brasileira, foram notórias as mudanças e as conquistas adquiridas, pois diante de um mundo com tantas diferenças raciais, econômicas e sociais se fazem necessárias políticas que se adéquem as necessidades das pessoas.

Coelho (2009, p.23) relata que:

Ultimamente, os mitos começam a ser derrubados. As pessoas com deficiência começam a acreditar mais em si mesmas e a lutar em causa própria. Do respeito às diferenças passou-se ao direito de tê-las.

Atualmente, em meio à desvalorização, preconceito e discriminação, a pessoa com deficiência vem se conscientizando do seu valor e de sua capacidade de viver na sociedade como um ser capaz de traçar sua história, deixando de ser vítima de seus problemas e começando a ser autor de sua própria vida.

Coelho (2009, p.22) diz que “pode-se considerar que houve certa evolução na forma de se conceber a deficiência e de se considerar os portadores de deficiência nos dias atuais”.

Dentro do contexto educacional inclusivo, desde o início do século XX, vêm acontecendo mudanças significativas, embora ainda falte muito a ser desenvolvido para que a clientela da educação especial tenha de fato e de direito à oportunidade e garantia de estudo. Aprender como os outros: esse é o papel da educação inclusiva, além de oportunizar a esses alunos momentos de real interação com o próximo e com oportunidades de ensino e aprendizagem significativa.

## **2.1 Tipos de necessidades especiais e suas especificidades**

O termo necessidades especiais surgiu para amenizar o termo deficiente, o qual antes era utilizado para referir-se à pessoa com algum tipo de necessidade especial, que precisa de apoio especializado a fim de ser inserido na escola tanto para aprender como para ter um espaço na sociedade.

A Política Nacional de Educação Especial (1994, *apud* CAMPBELL, 2009, p.133) estabelece da seguinte forma quem são os alunos com necessidades educacionais especiais:

Aqueles que apresentam deficiência (mental, auditiva, física, visual e múltipla), superdotação ou altas habilidades ou condutas típicas devido a quadros sindrômicos, neurológicos, psiquiátricos e psicológicos que alterem sua adaptação social a ponto de exigir intervenção especializada.

Pessoas com ou sem algum tipo de deficiência têm o direito de estudar e de aprender coisas novas, bem como de ter a dignidade de exercer sua cidadania. Para isso é preciso que eles tenham as mesmas oportunidades e, nesse sentido, a escola é um meio essencial para essa realização, pois promove educação.

De acordo com a, em seu art. 59, "os sistemas de ensino assegurarão educação de qualidade aos educandos com necessidades especiais: I- currículo, métodos e técnica". A lei busca uma organização capaz de atender as necessidades dos educandos.

Assim, a seguir, serão abordadas algumas necessidades que atualmente podem ser recebidas no ensino regular:

#### *Deficiência auditiva:*

De acordo com Campbell (2009 p.96), "a deficiência auditiva pode ser parcial, variando de graus desde a surdez leve, moderada, acentuada, severa até surdez total ou anacusia (que ataca os dois ouvidos)". O deficiente auditivo é classificado como surdo quando sua audição não é funcional na vida comum.

Para que haja a inclusão de um aluno com deficiência auditiva na escola é necessário um intérprete de LIBRAS, que trabalhe em parceria com o professor regular para facilitar a compreensão do aluno de forma contextualizada.

#### *Deficiência física:*

Segundo Campbell (2009, p.95),

É considerada pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sobe forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia tetraparesia, triplegia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de um membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Desse modo, é necessário que a escola tenha um espaço adequado capaz de oferecer conforto e segurança, tais como rampas e corrimãos para melhor locomoção, portas largas e banheiros padronizados. A escola precisa se preocupar com a inclusão desses alunos, assim como os professores, os quais devem buscar práticas pedagógicas que atendam às suas necessidades.

#### *Deficiência visual:*

Campbell (2009, p.111) diz que a deficiência visual é “a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica possível”. O deficiente visual tem a capacidade de utilizar outros sentidos, tais como o tato e o olfato, dos quais, com ausência da visão, passa a receber informações que lhe servem de guia.

O deficiente visual conta com o sistema BRAILLE que é o método que utiliza um conjunto de pontos para escrever. A mesma autora citada anteriormente relata que Louis Braille, jovem cego, criou este sistema que é uma ferramenta valiosa que proporciona ao deficiente visual aprender a ler e a escrever utilizando as mãos. Existem outras ferramentas para o aprendizado desses alunos, como recursos tecnológicos, como o sorobã e o livro didático adaptado. Deve-se lembrar da importância do atendimento educacional especial que serve para complementar o aprendizado.

#### *Deficiência mental:*

Compreende-se por deficiência mental o seguinte:

Deficiência mental é quando o funcionamento intelectual do indivíduo é significante inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades sociais, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho (CAMPBELL, 2009, p.113).

Trabalhar com alunos com algum tipo de necessidade educacional especial é um desafio que requer muito conhecimento sobre as diferentes necessidades. Assim, é preciso compreender que não existem receitas prontas. Para educar, é fundamental que a escola não venha apenas depositar os alunos com necessidades especiais dizendo-se inclusiva, mas que busque práticas que garantam o aprendizado desses alunos.

## **2.2 Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: aspectos legais**

A educação inclusiva em busca de uma educação de qualidade para todos procura atender os mais variados tipos de alunos, embora ela esteja condicionada à educação de pessoas com deficiência, ela se estende além desses critérios. Carvalho (2004, p. 26) “afirma que a inclusão não deve estar associada apenas aos portadores de deficiência, mas também para os superdotados, os negros, índios, ciganos, anões”.

Ainda assim, a proposta de inclusão que passou a ser destacada no Brasil em 1996 gerou polêmicas. Com a proposta da LDB, alguns educadores questionavam se a educação inclusiva não seria uma utopia.

A sociedade inclusiva é a utopia do mundo perfeito, se me permitisse à superficialidade da comparação, é semelhante à utopia do socialismo: a cada um de acordo com suas possibilidades, a cada um de acordo com suas necessidades. Mas o socialismo não deu certo. A ideia é perfeita, mas as propostas, os programas não foram bem idealizados e/ou implementados (GLATT, 1998, p. 28 *apud* LIMA, 2006, p.32).

Nessa proposta é necessário que o professor tenha um maior comprometimento direcionado ao ensino de alunos com necessidades educacionais especiais. Ele precisa se conscientizar que esse processo de inclusão está presente na realidade e que é muito importante buscar autonomia, estando aberto aos desafios de seu cotidiano. O professor não deve apenas se limitar aos

conhecimentos já adquiridos, por isso deve pesquisar mais e buscar condições favoráveis que lhe permitam capacitar-se cada vez mais e tornar-se um profissional de qualidade.

A existência de um ambiente reestruturado, com espaço físico e material pedagógico em busca de oferecer maior conforto para os alunos com necessidades educacionais especiais é fundamental, pois facilita o acesso para os mesmos.

Educação inclusiva é o processo através do qual se permite a participação de todos os alunos com deficiência na escola de ensino regular, tendo como objetivos o crescimento, a realização pessoal e a inserção social de todos. A educação inclusiva busca atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, no sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Inclusão voltada para o âmbito educacional pode significar uma forma de respeito às diversidades, assim a escola, dentro desse contexto, deve envolver todos seus integrantes em um ambiente harmonioso e sem preconceito, oferecendo oportunidades igualitárias e, conseqüentemente, proporcionando o direito de participar de todas as ações dentro da escola. Alves (2009, p.15) expõe que:

Incluir? Abranger, compreender, envolver, implicar, acrescentar e somar. Portanto, que fique compreendido que qualquer indivíduo pode ser incluído, pois nós podemos e devemos envolvê-lo, implicá-lo, juntando-o a qualquer outro ser para somar o seu crescimento a ambos. Para que possamos incluir, devemos respeitar e querer desenvolver o indivíduo em todos os aspectos dentro do processo de aprendizagem.

Dentro do contexto inclusivo da escola, se faz necessário um trabalho político voltado para que necessidades especiais possam ser trabalhadas, desenvolvendo meios e formas de agregar as pessoas com deficiências ao meio social, de modo que possam exercer seus direitos e deveres como qualquer outra pessoa. É necessário, portanto, que o governo possa investir em uma política que proporcione aos profissionais da educação um espaço possível para reflexão, objetivando o acompanhamento adequado das dificuldades existentes no ambiente escolar.

Para garantir a inclusão, faz-se necessário também que todos os membros da sociedade se mostrem responsáveis. É importante que todos os cidadãos lutem e busquem os direitos garantidos por lei para as pessoas com

necessidades especiais e assim possibilitem que políticas de inclusão educacional sejam efetivadas.

Para que todos os alunos tenham oportunidade de matrícula em uma escola e o direito de usufruir de uma educação de qualidade, é imprescindível uma atuação em todas as instâncias governamentais e sociais dentro e fora da escola, buscando formas de adequar esse público da educação especial, com recursos, materiais apropriados e um trabalho pedagógico voltado para a real inclusão educacional, com a capacitação de funcionários e reestruturação do ambiente, favorecendo a acessibilidade dos alunos.

Todo cidadão tem o direito de ir e vir; porém, as barreiras ambientais e os obstáculos têm sido histórico e culturalmente responsáveis pela exclusão das pessoas com deficiências. É clara a necessidade de reorganização da sociedade para derrubar tais barreiras e garantir a inclusão social (CERIGNONI, 2005, p.33).

Houve muitos atos políticos voltados para a inclusão que garantiram conquistas nesse sentido durante a trajetória da educação. Primeiro com a promulgação da Constituição de 1946, a qual no Art. 172 aborda a criação de serviços que pudessem atender aos alunos com necessidade educacional especial. Depois com a Declaração dos Direitos Humanos, que teve influência direta na menção da Educação Especial, na primeira LDB, Lei 4024/ 61.

Além disso, no dia 24 de outubro de 1989, foi sancionada, pelo então presidente da República, José Sarney, a Lei Federal de nº 7.853, que trata dos direitos de integração social das pessoas portadores de deficiência, (termo antes utilizado) oferecendo ensino regular tanto em escolas públicas como privadas.

Art. 2º. Ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive do direito à educação, à saúde, trabalho, lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (ALVES, 2009, p.79 - 80).

Todo ser humano, independente de ter alguma necessidade especial, merece todo respeito e oportunidades de estabelecer atos de cidadania. Assim, é preciso que a sociedade acredite que eles são capazes de exercer as mesmas funções que os demais sem que sofram nenhum tipo de preconceito.

Novos avanços para a inclusão da pessoa com deficiência ocorreram em 2001 quando foi criado o Plano Nacional de Educação com a Lei nº 10.172/01, o qual apresenta vários itens essenciais para que se atinjam os objetivos de inclusão e que necessitam ser reais no cotidiano escolar. O PNE veio ainda, através da proposta de políticas públicas criar estratégias para garantir os direitos dos alunos especiais a uma educação de qualidade e inclusiva que busque formar cidadãos.

O Plano Nacional de Educação destaca ainda a importância da valorização de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. Tal política aborda, no âmbito social, o direito de estar-se integrado à sociedade, assim também como no âmbito educacional. O Plano destaca ainda a necessidade de sensibilização tanto da escola como da comunidade geral para que esse processo de inclusão possa acontecer efetivamente, uma vez que para isso a participação de todos é necessária.

As políticas públicas educacionais voltadas para a educação especial almejam favorecer um ensino inclusivo, que possa atender alunos com limitações, de modo que eles sejam capazes de fazer parte da sociedade, sendo participantes ativos que usufruam de seus direitos e deveres. Sendo assim, pode-se considerar a legislação como um meio pelo qual os direitos de todos sejam respeitados. “A formação da cidadania só pode se dar num contexto de exercício de direitos e deveres [...] Os direitos e os deveres de cada um. Todos nós temos nossos direitos e deveres e precisamos cumpri-los” (VASCONCELOS, 2004, p.121).

A luta contra a exclusão não é somente do Brasil. Ela tomou uma proporção mundial, fazendo com que muitos se unissem a favor de um mundo que respeite a diversidade e tenha a capacidade de aceitar as pessoas de forma igualitária, em busca de um mundo onde todos são iguais perante as leis.

A Declaração de Salamanca reuniu vários países com objetivo de promover uma educação de qualidade para todos. Esse documento, produzido em Salamanca (Espanha, 1994), foi à fonte na qual o Brasil se apoiou para a produção de leis e outros documentos que sustentam os direitos de pessoas com necessidades especiais. A Declaração acredita e proclama que:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem.

Cada criança tem característica, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.

Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades.

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (SALAMANCA, 1994, p.7).

É, portanto, direito de toda criança estar na escola, e não é diferente com uma criança que possui qualquer tipo de necessidade especial. Vale destacar que para o desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais é preciso que haja inclusão no ensino regular para existir uma heterogeneidade capaz de romper preconceitos em busca de garantir o direito à educação de qualidade para todos.

A LDB atualizada (nº9394/96) engloba vários itens que podem ser considerados essenciais para o desenvolvimento do trabalho da educação especial escolar, os quais abrangem o atendimento, o investimento de recursos financeiros e humanos e o currículo, entre outros:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I — currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II — terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III — professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV— educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V — acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p.177).

Vale destacar que não se descarta a participação de um professor especialista nesse processo de aprendizagem, mas que ele venha como complemento, um suporte para educação dos alunos como necessidades educacionais especiais.



Ao analisar alguns pontos da legislação brasileira, percebe-se que ao longo dos anos foi travada junto com a sociedade e entidades particulares uma luta a favor dos direitos sociais, educacionais e pessoais das pessoas com deficiência. A análise também permite perceber que nessa trajetória muito já foi conquistado, porém ainda não o suficiente para que todos os direitos dessas pessoas sejam respeitados.

### **3 CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

Dada a complexidade do assunto da formação de professores para educação especial no Brasil, faz-se necessária uma abordagem a partir dos anos 1980 e 1990, momento em que a sociedade brasileira passou a ter um olhar especial para aqueles com limitações e necessidades educacionais especiais. Neste capítulo, serão destacados marcos que contribuíram para uma educação de qualidade no que se refere ao atendimento Educacional Especializado no Brasil.

A história, ao longo de décadas, vem mostrando o desenvolvimento da formação do professor, buscando destacar sua profissão em diferentes momentos. E nesse processo, observa-se que o profissional da educação vem construindo pensamentos cada vez mais críticos em relação à sua formação.

Na década de 1980, o Brasil passou por mudanças significativas visando ser um país de melhor qualidade educacional. Nesse período, a luta operária ganhou força, passando a se generalizar por suas categorias profissionais e dentre elas os professores, que através da organização de classe, passaram a buscar melhorias através de lutas, reuniões, debates e encontros socioeconômicos e políticos, buscando a união da categoria.

Algumas discussões em torno da formação do professor se intensificaram nos anos 1990, a partir da reforma das leis diretrizes e bases da educação proposta pelo então Ministro da Educação, Clemente Mariano, no intuito de oferecer uma educação igualitária como direito de todos.

As diretrizes e bases da educação brasileira passaram por um longo processo de atualização. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº4.024/61 *apud* DENARI, 2006, p. 40), aborda o tema da educação para os excepcionais em seu Art. 88º: “A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Ela foi sancionada em 20 de dezembro de 1961. Depois, ela foi modificada por ementa e artigos, sendo reformada pelas Leis 5.540/68 e 5.692/71. Posteriormente, ela foi substituída pela LDB 9394/96, que no seu artigo Art. 63 aborda a formação profissional trazendo potencialidades para trabalho docente oferecendo novas formas de trabalho pedagógico:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (BRASIL, 1996, p. 177).

Assim, a lei busca garantir que o professor esteja sempre buscando novos conhecimentos para obter uma qualificação capaz de oferecer maior sustentação em sua formação.

De acordo com o Art. 67 da Lei 9394/96, “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da Educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira de magistério público”. A LDB apresenta artigos voltados para a capacitação da formação docente, norteados por uma qualificação para melhor atender a necessidade de conhecimento do professor.

O papel do professor voltado para inclusão é desafiador, vai além do tradicionalismo, rompendo barreiras e buscando uma formação continuada especializada que possa embasar sua prática. O atual contexto histórico revela as reformas e as exigências que buscaram um atendimento capaz de contemplar um ensino especializado para atuação docente na Educação.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado, buscando atender as diferentes necessidades educacionais especiais. Assim, foram criados institutos especializados, escolas especiais e classes especiais.

Lima (2006, p.121) destaca que na década de 1980 “não havia especialistas em educação de deficientes, o que hoje é focalizado como necessidades especiais e sim especialistas em deficiência visual, auditiva, física ou outras”.

Vale destacar que existem os documentos internacionais que foram fontes para criação de leis e são de grande valor e contribuem para formalização do atendimento para alunos com necessidades educacionais especiais.

Como já citado no capítulo anterior, a Declaração de Salamanca é um desses documentos (cap.46, p.32), aprovada na Conferência Mundial de Educação Especial de 1994, ela diz o seguinte:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educacionais especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas.

O docente especialista contribui satisfatoriamente para o processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, pois ele só tem a somar nessa caminhada desafiadora.

No ano de 1998, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) “procurando de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras”. Nesse PCN segue como título Adaptações Curriculares Estratégias para Educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

Essa foi mais uma conquista para a educação especial inclusiva, pois os educadores necessitavam de uma proposta pedagógica que os auxiliasse na sua prática dentro da sala de aula com esses alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem referências válidas para guiar a educação dos alunos com necessidades especiais e também para todos os demais alunos. Seus pressupostos, objetivos e indicações consideram questões pedagógicas atuais, admitindo a pluralidade de concepções pedagógicas e do fazer educativo, de forma a atender a diversidade dos alunos na escola e as particularidades de sua cultura (BRASIL, 1998, p. 52).

Falar sobre a formação do professor para educação especial em diferentes momentos é algo que desperta interesse a cada descoberta, pois permite vivenciar a progressão em busca de uma inclusão que nem sempre acontece, mas que precisa ser trabalhada de forma positiva para que o processo ocorra.

A formação do professor para educação especial é algo que vem ganhando espaço na área da Pedagogia, pois se observa que com o passar dos anos as

conquistas para a sua realização tornaram os professores capazes de evoluir ao longo da história da educação brasileira.

### **3.1 Ações relacionadas à formação dos professores da rede municipal de ensino de Imperatriz numa perspectiva inclusiva: Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI)**

A formação dos professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), através de cursos específicos da área de educação especial em parceria com o Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI) do município de Imperatriz, oferece curso de capacitação dando ênfase ao atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Através de entrevista realizada com a assessora técnica obtivemos as seguintes informações onde informa como acontece o acompanhamento nas escolas. O primeiro passo é realizado um levantamento nas escolas para identificar a presença de alunos com deficiência. Em seguida, é feito um acompanhamento no qual são realizadas as orientações com os professores, os pais e a escola de modo geral. Esse acompanhamento conta com a contribuição de psicólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo e assistente social, que compõem uma equipe sólida capaz de oferecer segurança e maiores benefícios para o público atendido.

Baseado na política de inclusão do MEC, o SIADI realiza os trabalhos nas escolas voltados para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, dentre as quais são consideradas: deficiência visual, cegueira, física, surdez, deficiência auditiva, síndrome de asperges, altas habilidades e transtorno global.

Os alunos são encaminhados para a sala de recursos multifuncionais, onde contam com atendimento educacional especializado que serve como suporte. Esse atendimento é realizado em contraturno. De acordo com a assessora técnica de planejamento do SIADI, os professores recebem um suporte dos professores especialistas em sala de aula, como no caso do aluno com deficiência visual, que além do professor regular em sala de aula, conta com o acompanhamento de um especialista para leitura, que lhe oferece o suporte necessário de acordo com suas necessidades educacionais especiais.

Vale apenas destacar que não se trata apenas de incluir os alunos com deficiência na escola, mas garantir que, assim como os professores, a escola também esteja preparada para atender esses alunos. Para isso, é necessário que se elaborem práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade dos alunos com necessidades educacionais especiais.

No município de Imperatriz, existem cerca de vinte e uma escolas com atendimento educacional especializado, nas quais os alunos têm oportunidade de aprender Libras e língua portuguesa, dentre outras habilidades.

Ainda segundo o que relata a assessora técnica, a Educação Especial Inclusiva no município de Imperatriz se consolidou por volta de 2009 e 2010, desde quando vem ganhando força no ensino regular, especialmente porque o município tem oferecido cursos de formação continuada para os professores com o objetivo de qualificar os profissionais da educação ao longo desses anos, de modo que o município vem obtendo avanços significativos.

Com base no Censo referente ao ano de 2012, foram matriculados 699 alunos portadores de deficiência no ensino regular, o que aponta o crescimento da inclusão no ensino regular na rede municipal de Imperatriz.

O SIADI, em parceria com MEC, tem como objetivo apoiar a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos e em classes comuns de ensino regular. Ele contribui para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino voltados para a valorização das diferenças e da diversidade.

Buscando melhores condições de formação para o professor, o MEC disponibiliza curso de aperfeiçoamento na modalidade a distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB; e na modalidade presencial, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores - RENAFOR.

O MEC através do SIADI disponibiliza cursos de formação continuada para os professores com a proposta inclusiva, oferecendo ferramentas práticas e teóricas que contemplem o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso que os professores busquem se qualificar para que sejam capazes de oferecer um ensino de qualidade aos seus alunos.

#### 4 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA UMA PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA

Para darmos início ao tema citado acima, objetivando uma melhor compreensão dentro do contexto que abrange a formação do professor, apresentamos a distinção de Ferreira (2006, p. 227), entre os dois tipos de formação: inicial e continuada.

Esclarecendo a concepção de educação do professor. A formação inicial é oferecida em diferentes instituições de ensino (universidades, faculdades, curso de magistério etc.). Envolve a preparação do futuro professor a fim de adquirir conhecimentos e habilidades básicas para docência, assim como sua certificação legal para atuar em variados níveis de ensino (educação infantil, ensino básico, ensino fundamental e ensino médio). Na formação inicial, o professor terá a oportunidade de vivenciar a prática através dos estágios que constam na grade curricular do curso.

Formação continuada é a formação do professor que já está atuando no campo escolar, principalmente em sala de aula. As formações são realizadas por instituições de ensino superior, os programas dos cursos de formação continuada de professores oferecem conteúdos teóricos que pressupõem a necessidade da ação docente no contexto atual de sala de aula na rede regular (FERREIRA, 2006, p. 227).

O professor precisa estar em constante busca por aperfeiçoamento, objetivando a conquista de novos conhecimentos, procurando se informar e inovar as práticas que melhor se adequem para garantir o aprendizado do aluno.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria construção” (FREIRE, 1996, p. 23). O trabalho de um educador exige constante esforço. Assim, é preciso que o professor esteja buscando a todo tempo inovar e se qualificar, em um processo árduo de muita dedicação. Isso para que o ato de ensinar proporcione a construção de novos conhecimentos, agindo em seu papel transformador da educação.

A formação dos professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão, pois “muitos professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula” (LIMA, 2002b, p. 40 *apud* LIMA, 2006, p. 120). É comum ouvir falar sobre essa falta de segurança, mas esse fato leva a refletir sobre qual formação contempla o atendimento dos alunos com necessidades especiais.

A mesma autora afirma ainda que a LDB (9394/96) prevê que todos os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitá-los

para receber em suas salas de aula alunos com e sem necessidades educacionais especiais, dentre os quais os alunos com deficiência.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p.177).

A lei contempla a valorização da formação do professor em busca de uma perspectiva inclusiva. Isso porque cabe ao professor explorar a capacidade dos alunos com necessidades educacionais especiais e uma vez que todos são capazes de desenvolver algum tipo de habilidade, é preciso que haja interesse e dedicação por parte do professor, que precisa enxergar além da deficiência do aluno. Entende-se que para trabalhar com alunos com necessidades especiais, é necessária uma sensibilidade maior, cabendo ao professor buscar autonomia para exercer esse papel com excelência.

Referindo-se a esse contexto, Bueno (1998, p.7 *apud* FREITAS, 2006, p. 175) aborda dois tipos de professores que participam de formação profissional:

Professores do ensino regular, com vistas a um mínimo de formação, já que a expectativa é da inclusão dos alunos com “necessidades educativas especiais”.

Professores especializados nas diferentes “necessidades educativas especiais”, quer seja para o atendimento direto a essa população, quer seja para o apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos.

É desafiador para o professor trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. A maioria deles se sente despreparado para enfrentar esses alunos, no entanto observa-se que precisa mais que uma formação que atenda as tais necessidades.

[...] Considerando a diversidade e a heterogeneidade dos alunos e a complexidade da prática pedagógica são dimensões essenciais a serem garantidas na formação do professor. Para tanto cabe aos formadores possibilitar que todo professor aprenda a investigar, sistematizar e produzir conhecimento, por meio de leituras diversificadas, trabalho escrito, análise de materiais didáticos, especialmente os livros, vídeos, jogos e brinquedos a serem utilizados pelos alunos (FREITAS, 2006, p.170).



A formação do profissional da educação não deve se restringir apenas à formação inicial, deve se estender à formação continuada e também a uma especialização voltada para área de educação especial. O professor é um profissional que deve estar sempre se adequando às novas formações para atender às diversas necessidades educacionais especiais. É essencial, portanto, que ele reconheça sua própria importância no processo de inclusão, pois cabe a ele planejar e programar intervenções pedagógicas que ofereçam sustentação para o desenvolvimento dos alunos.

A efetivação plena do processo inclusivo depende também da atuação e das atitudes do professor. É fundamental, nesse sentido, que cursos de formação de educadores em geral propiciem o contato com pessoas com necessidades educacionais especiais, por meio de estágio, visitas a escolas inclusivas ou a instituições especializadas em busca de promover uma melhor socialização na relação entre teoria e prática.

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiados pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais (MITTER, 2003, p.20).

Observa-se que essa tarefa vai além da sala de aula e que não depende somente do educador, depende também da família e da escola, que têm importante papel nesse desenvolvimento de aprendizagem, havendo, portanto, a necessidade da participação e auxílio de todos. Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, o ambiente escolar e a comunidade em geral devem ser sensibilizados para o processo de inclusão nas escolas de alunos com necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva é, antes de tudo, ensino de qualidade para todos os educandos, cabendo à escola a tarefa de desenvolver procedimentos de ensino e adaptações no currículo.

E preciso compreender que para ser construída uma educação inclusiva, o processo de inclusão precisa ser planejado de forma gradativa, pois tanto o ensino regular quando o ensino especial sofre adaptações de acordo com a realidade

educacional, com vistas à melhoria da qualidade do ensino para todos de modo geral.

Devemos destacar a valorização do trabalho do professor especialista. A Declaração de Salamanca – (Espanha, 1994) afirma que é preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que eles sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educacionais especiais.

São considerados professores especialistas, de acordo com a Resolução CNE n.2, de 11.9.2001, no artigo 18, cap. 2º:

18º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequando ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais (BRASIL, 2001, p.5).

A participação de um professor especialista no processo de aprendizagem oferece suas contribuições para o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Esse profissional tem um papel importante na equipe de educadores.

Ainda segundo a Resolução, no artigo 18º, § 3º, a formação de professores de educação especial deve realizar-se da seguinte forma:

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio; (BRASIL, 2001, p.5).

Observa-se que somente uma formação inicial não contempla o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso mais que uma formação para que o professor torne-se capaz de atender alunos com NEE.

O professor dispõe de proposta curricular que proporcione a oferta de atendimento para educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais: os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que vêm com um leque de informações com a intenção de ampliar e aprofundar os conhecimentos na prática escolar. Esse documento serve de apoio para o desenvolvimento do projeto educativo da escola.

A formação do professor de modo geral (educador especial ou educador da classe comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares (FREITAS, 2006, p.169).

Existem vários tipos de necessidades educacionais especiais, portanto, é necessário que o professor busque conhecer cada uma dessas necessidades para encontrar menos dificuldade para receber em sua sala de aula alunos que possui essas necessidades. A Lei de Diretrizes e Bases comenta os recursos disponíveis para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais. Consta em seu artigo:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:  
Cap. I – currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades (BRASIL.1996, p.177).

Utilizar meios de ensino que facilitem a aprendizagem e desenvolver técnicas e métodos que se adequem às possíveis mudanças de ensino são competências do professor.

Até aqui, em muitos momentos, foram apresentadas questões sobre o papel do professor em sua perspectiva inclusiva, procurando melhores condições para exercer seu papel de educador, assim como as leis que contemplam sua formação voltada para área de educação especial e a oferta de documentos que atendam tal formação. No entanto, como já citado anteriormente, vale destacar que esse processo de formação voltado para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais não é fácil e desafia a formação inicial do professor, por isso buscam-se formações que contemplem o atendimento educacional especial.

O tema inclusão vem crescendo bastante no campo educacional, por isso é interessante para o professor se informar sobre as especificidades de cada aluno e utilizar instrumentos apropriados para realização de seu trabalho nesse processo

inclusivo. Cabe também ressaltar a problemática do salário dos professores, que normalmente deixa a desejar, provocando revolta e causando desleixo em sua formação.

No entanto, na constante busca por uma educação de qualidade que procura a inclusão de um público diversificado, o professor necessita se adequar às diversidades do campo educacional, buscando primeiramente se automotivar.

## 5 DESAFIOS DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA PARA UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

A escola é um espaço muito importante no processo de aprendizagem do aluno. Ela oferece a oportunidade de o aluno se relacionar com diferentes pessoas, permitindo que construa novos conhecimentos, desenvolva diferentes habilidades, seja capaz de promover ação e reação.

Promover uma proposta pedagógica capaz de atender às diversidades de um público heterogêneo compete à responsabilidade da escola. Cabe a ela esse papel de promover condições favoráveis para realização da inclusão. A escola inclusiva deve garantir condições de acessibilidade, respeitando os limites de cada aluno com necessidades educacionais especiais, mas para isso é importante que a escola seja um ambiente capaz de oferecer segurança para esses alunos, como rampas, portas largas, banheiros adaptados, corrimãos, dentre outros aspectos.

Não basta que os alunos com necessidades educacionais especiais estejam integrados às escolas comuns, eles devem participar plenamente da vida escolar. Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados como “educáveis” (SANCHEZ, 2005, p.11).

A escola precisa estar preparada para atender a diversos públicos, não somente ao que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas também promover a inclusão dos alunos negros, índios, portadores de deficiência, filhos de pais separados e moradores de rua. A inclusão não deve se limitar às leis, e sim ser exercida na prática.

Nos anos 1990, surgiu o movimento *Regular Education Initiative* (REI) realizado nos EUA, cujo objetivo era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência. Esse trabalho visava unificar a educação especial e regular em um único sistema educativo. A proposta do REI defende a possibilidade de que todo aluno deve ser escolarizado no ensino regular (SANCHEZ, 2005, p.8).

Carvalho (2008, p.98) aponta que a “proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não expulse alunos com problemas, que atenda à diversidade de características de seu alunado”.

A Declaração de Salamanca, elaborada em conferência realizada em 1994, surge com a proposta de uma educação de qualidade para todos, reconhecendo a urgência de um ensino de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos com NEE.

Sanchez (2005) ressalta que para ser uma escola inclusiva não basta conhecer as leis que defende a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é também importante inseri-las em sua prática pedagógica e em seu projeto político pedagógico, garantindo condições que favoreçam a inclusão desses alunos no ensino regular.

Sachez (2005, p.9) destaca ainda que “não basta que os alunos com necessidades educacionais especiais estejam integrados às escolas comuns, eles devem participar plenamente da vida escolar e social”. Por isso, as escolas devem estar preparadas para educar todos os tipos de alunos e deverão contar com o apoio do serviço especializado, tal como cita a LDB em seu art.58:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, p.177).

Para isso as escolas inclusivas contam com o apoio das salas de recursos, que é um espaço organizado que oferece atendimento educacional especializado (AEE), que os alunos podem utilizar em contraturno intensificando o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. É importante destacar que o AEE serve de apoio ao ensino e não para substituir o ensino regular. São consideradas matérias de atendimento educacional especializado o código Braile, a interpretação de LIBRAS, o treinamento óptico, a língua portuguesa escrita para surdez e a educação física adaptada, entre outras matérias que são desenvolvidas facilitando a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.

O AEE é um serviço da educação especial garantido pela Constituição Federal (art. 208, inc.III) que “refere-se ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, e tem como pressuposto desenvolver material didático para atender às necessidades específicas de cada aluno, elaborando recursos pedagógicos direcionados às

necessidades especiais que proporcionem independência ao aluno dentro e fora da escola.

Para Ferreira (2005, p. 44), “[...] uma escola inclusiva se constrói, onde todos os membros da comunidade escolar são colaboradores, apoiando mutuamente e aprendendo uns com os outros a partir da reflexão sobre as práticas docentes”. É fato que é grande a responsabilidade da escola quanto à incumbência de promover a inclusão para todos, mas não devemos descartar a responsabilidade que cabe à família e também à sociedade para que a inclusão seja realizada e valorizada.

A Constituição Federal em seu art. 206, inc. 1, elege como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Assim, toda escola que obedece aos princípios da lei, não exclui nenhuma pessoa.

[...] a necessidade de que a escola, como organização, repense a sua função curricular, a sua forma de gestão, as formas de aprendizagem a partir das inovações metodológicas e didáticas na sua organização das turmas, dos tempos e dos espaços da escola, com vistas a atender crianças e jovens provenientes de culturas cada vez mais diversificadas nas complexas sociedades atuais (BAPTISTA, 2005, p. 98).

A função de uma escola inclusiva não se restringe a práticas que acreditam que os alunos, por terem determinadas limitações, devem ser tratados pelos professores como totalmente dependentes de cuidados. É preciso que a escola acredite que todas as crianças são capazes de aprender.

Carvalho (2004, p.115) “destaca algumas funções para servirem como tema de estudo, pesquisa, debates que possam contribuir para elaboração do projeto político pedagógico”. Ela afirma serem necessárias para uma escola inclusiva, que ofereça proposta pedagógica que se adeque às necessidades do público-alvo. Nesse sentido, a autora aponta que é importante:

Desenvolver culturas, políticas e práticas inclusivas, marcadas pela responsabilidade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar;  
 Promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para aprendizagem de todos os alunos da comunidade;  
 Respeitar as diferenças individuais e o multiculturalismo entendendo que a diversidade é uma riqueza e que o aluno é o melhor recurso de que o professor dispõe em qualquer cenário de aprendizagem;

Valorizar o trabalho educacional da escola, na diversidade (CARVALHO 2004, p.115).

Esse é um conjunto de funções que vem para contribuir, conscientizando e orientando os profissionais da educação sobre a responsabilidade de estar preparado frente à diversidade que sempre existirá no âmbito escolar.

Nesse contexto, algo de grande valor é a necessidade de participação da família, pois ela é a principal contribuinte e incentivadora no processo de inclusão tanto na escola como também na sociedade.

A exclusão muitas vezes começa em casa, por a família acreditar que seus familiares com algum tipo de necessidade educacional especial são dependentes para tudo, que não têm condições de conviver com pessoas ditas “normais”. Dentro dessa visão, a escola precisa desenvolver trabalhos que envolvam a família para que possa oferecer maiores contribuições na aprendizagem escolar do aluno.

Diante do que foi exposto, observam-se as contribuições da escola para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, capacitando o aluno e oferecendo-lhe condições que possibilitem ao indivíduo um espaço na sociedade.



## **6 ESCOLA CAMPO: resultados e análise da pesquisa**

A pesquisa de campo realizou-se em uma escola municipal de Imperatriz – MA, cujo nome não será aqui mencionado por motivos éticos. A escola se encontra localizada em um bairro de fácil acesso e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Essa escola possui seis salas de aula, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de direção, uma cantina, uma cozinha, dois depósitos, pátio para recreação, seis banheiros (três masculinos e três femininos), sendo que dois possuem acesso para alunos com deficiência física, sala de informática com dez computadores e sala de recurso, que se encontra bem conservada no que diz respeito às carteiras e à pintura.

Objetivando conhecer qual formação do professor atende à inclusão de alunos com necessidades educacionais no ensino regular em uma escola pública do município de Imperatriz, foi aplicado questionário para sete professores e o gestor. Além disso, foram realizadas observações nas salas de aulas, dependências da escola, como banheiros e sala de recurso. Nesse sentido, a escola caracteriza-se como uma escola inclusiva por disponibilizar ambiente acessível, como também atendimento educacional especializado. De acordo com as informações do gestor, essa escola passou a ser inclusiva no ano de 2008 e em 2009 foi construída a sala de recurso oferecendo como complemento a educação dos alunos com NEE.

A escola possui dezesseis alunos com NEE, sendo as seguintes necessidades dos que frequentam a sala de recursos: DMU, DI-CID. f70, DI-CID. 10 DA.

A pesquisa foi realizada com o consentimento e colaboração de todos, os quais estiveram cientes da proposta realizada. Os professores participantes da pesquisa foram codificados de 1 a 7.

Diante das questões apresentadas, utilizando o questionário com perguntas abertas e fechadas, foi possível conhecer e observar a manifestação dos sujeitos envolvidos. Apresentam-se abaixo as perguntas realizadas com os professores, objetivando conhecer a realidade do professor frente à inserção dos alunos com necessidades especiais no âmbito escolar.

Nesse sentido, indagamos aos professores sobre sua formação e obtivemos os seguintes resultados:

Especialização. (Professores 1,2 e 4)

Ensino superior. (Professores 3, 5, 6 e 7)

Superior/especialização. (Gestor)

Compreende-se que o professor tem capacidade para desenvolver práticas que facilitem o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Mas o interesse também parte da vontade do professor em procurar aperfeiçoar-se e buscar novas formações não se limitando a uma formação inicial. Observamos que todos os professores são capacitados através de graduação e pós-graduação, demonstrando que o estado do Maranhão caminha rumo a uma educação de qualidade. Consta na LDB em seu art. 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com NEE, de professores com especialização em nível médio e superior, para atendimento especializado.

Buscando conhecer o tempo de experiência que os professores possuem no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, obtivemos as seguintes respostas:

“Mais de cinco anos”. (Professores 1, 2, 4, 6 e 7)

“De dois a cinco anos”. (Professoras 3 e 5)

“Mais de cinco anos” (Gestor)

De acordo com as informações apresentadas, percebemos que grande parte dos professores tem uma longa experiência no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais. Esse fato vem somar na busca de um atendimento qualificado para esses alunos. Trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais é algo que desafia a formação para um profissional da educação.

Na mesma percepção, buscamos indagar sobre que tipo de formação o professor recebeu ou tem para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, obtendo as seguintes respostas:

“Formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação Municipal - SEMED e especialização”. – (Professoras 1,2 e 4)

“Formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação Municipal - SEMED”. – (Professores 3,5,6 e 7)

“Formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação Municipal-SEMED, formação continuada oferecida pelo Ministério de Educação MEC”.  
(Gestor)

Observa-se que os professores contam com forte apoio da Secretaria de Educação, alguns procuram se especializar na área de educação especial buscando novos conhecimentos. De acordo com a fala da professora 4, a necessidade de novas formações parte principalmente do professor. Ela também declara que é preciso ter muita dedicação e amor para trabalhar com alunos com NEE. De acordo com Freitas (2006), cabe ao professor investigar, pesquisar e buscar conhecimento através de leituras em fontes que deem mais sustentação ao seu trabalho.

Mediante a pesquisa bibliografia e a pesquisa de campo, observa-se que a formação continuada oferece os subsídios capazes de oferecer um atendimento educacional especializado. Dentro desse aspecto, interrogamos os professores sobre com qual frequência participam de cursos de formação com a temática “Educação Inclusiva” durante o ano letivo. Obtivemos as seguintes respostas:

“1 a 2 vezes”. (Professores 1,4 e 7);

“3 a 4 vezes”. (Gestor);

“Mais de 4 vezes”. (Professora 2)

“Nenhuma vez”. (Professoras 3, 5 e 6)

Ferreira (2006) comenta que a formação continuada acontece para os já atuantes no campo do ensino superior, possibilitando condições de atuar no ensino regular. Constata-se que, sempre que possível, está sendo oferecida formação continuada para os professores e que, quando surgem as oportunidades, eles procuram participar em busca de aprimorar e obter novos conhecimentos. Isso é bom, pois os professores precisam estar em constante aprendizado. Houve alguns professores que falaram que nem sempre é possível participar de alguns cursos com a temática citada acima devido à indisponibilidade de tempo, pois a maioria trabalha os três turnos, o que impossibilita sua participação nos cursos, já que são oferecidos no turno matutino e vespertino.

Dentro do que já foi abordado sobre a formação do professor, buscamos investigar quais metodologias são utilizadas para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, os resultados foram os seguintes:

“Depende da necessidade do aluno, DM tem que fazer atividade com tampinha, gravuras, DV, braile, DA, libras”. (Professora 1)

“Procuro atender as necessidades individuais de cada um de acordo com as peculiaridades pessoais”. (Professora 2)

Sem resposta. (Professora 3)

“Procuro conhecer a deficiência, para aplicar minha metodologia”. (Professora 4)

“Tarefas diferenciadas, jogos, xerox, colagem e pintura”. (Professoras 5 e 6)

“Visando conhecimento que tenho sobre o assunto, sendo auxiliado por um intérprete de libras”. (Professor 7)

Acerca das informações, os professores procuram elaborar materiais como forma de facilitar o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. De acordo com a professora 4, os professores precisam custear do próprio bolso o material utilizado para confeccionar o material para trabalhar com esses alunos, também ressalta que não existem fórmulas prontas, pois o professor deve buscar melhores condições que se adaptem às necessidades desses alunos.

Sanchez (2005, p.11) “ressalta que a escola deve estar preparada para educar a todos os alunos e não somente aos considerados educáveis”. A partir dessa visão observa-se como são incluídos os alunos com necessidades educacionais especiais na escola no dia a dia:

“Aqui na escola os alunos são tratados ‘normais’, diferença é so na metodologia”. (Professora 1)

“São incluídos de forma normal, no caso dos alunos com surdez, às vezes, existe uma intérprete de libras”. (Professores 3 e 7)

“Deveria ser incluído desde a idade escolar mais no nosso município na rede pública geralmente só na 5ª série”. (Professora 4)

“São inseridos na sala de multifuncional existente e nas salas de aulas comum, participando das atividades, sendo adaptadas de acordo com sua necessidade”. (Professoras 2 e 5)

“Com adaptação de acordo com a necessidade”. (Professora 6)

“Sem nenhuma diferença dos outros alunos”. (Gestor)

A escola disponibiliza intérprete de Libras para os alunos com necessidade auditiva, também conta com apoio da sala de recurso que é uma ferramenta fundamental para complementar o ensino regular. Fica claro que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 58, afirma que a modalidade de educação especial é oferecida na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades educacionais especiais, e que quando necessário a escola deverá contar com serviço de apoio especializado para atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

No decorrer da pesquisa, indagamos sobre quais dificuldades existem em trabalhar a inclusão em sala de aula.

“Não tem dificuldades para trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais”. (Professores 1 e 2)

“Encontro dificuldade em trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, porque os alunos ditos normais nem sempre se relacionam com os especiais” (Professora 3)

“Não encontro dificuldade, procuro me adequar às necessidades dos meus alunos”. (Professora 4)

“Falta de recurso, falta de apoio da família são desmotivados por conta disso”. (Professoras 5 e 6)

“Às vezes, fica difícil quando não dispomos de um intérprete”. (Professor 7)

Nota-se que há uma exclusão por parte dos alunos ditos normais, a professora (3) disse que em alguns casos eles rejeitam aos alunos com NEE não querendo fazer atividades em grupo, o que acaba isolando esses alunos que precisam de apoio. Por outro lado, a participação dos pais ainda é algo que pesa muito, pois eles deveriam ser os principais a incentivar, mas bem poucos participam do seu processo educacional. A inclusão não é total, pois ainda há o que melhorar, é preciso que as pessoas se conscientizem e busquem contribuir mais para a inclusão acontecer. Quando perguntados sobre quais os maiores desafios enfrentados pelo professor ao receber alunos com necessidades educacionais especiais, eles responderam o seguinte:

“Os desafios são muitos, principalmente para quem não está preparada para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais”.  
(Professora 1)

“Falta de capacitação e empenho da família”. (Professoras 2, 3, 5 e 6)

“É a falta de apoio da família, de apoio ou políticas públicas voltadas para o aluno especial”. (Professora 4)

“Falta de recursos especiais para eles, falta de intérprete de libras, falta de uma metodologia especial para eles”. (Professor 7)

Observa-se que ainda falta formação que atenda aos alunos com necessidades educacionais especiais. Lima (2006) destaca que é comum ouvir professores falarem que não se sentem preparados para receber alunos com NEE. O professor encontra dificuldades ao enfrentar uma sala heterogênea com pouco apoio tanto por parte da família e também por parte de políticas públicas, a falta de recurso apropriado é outro fator que dificulta o processo de aprendizado dos alunos com NEE.

O que mais se observou nessa questão foi a falta de formação que atenda a essa perspectiva inclusiva de alunos com NEE. Essa questão foi a mais pontuada pelos pesquisados. Em busca de mais esclarecimentos buscamos pesquisar como acontece essa formação dentro do município, e constatamos que existem várias fontes que oferecem essas formações, são elas: SEMED, RENAFOR,

SIADI e MEC. Podemos, então, afirmar que a formação para professores na inclusão de alunos com NEE existe, mas muitos professores não buscam.

Perguntamos aos professores acerca de sua percepção sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e obtivemos as seguintes respostas:

Não respondeu. (Professor 1)

“A escola de ensino regular deve não só inserir os alunos, mas incluí-lo atendendo as suas necessidades individuais para melhorar a inclusão”.  
(Professora 2)

“Alunos com necessidades especiais precisam de cuidados especiais, de modo que para incluí-los é necessário formação e apoio na sala de aula”.  
(Professora 3)

“Para o aluno ser incluído, precisa ter acessibilidade em todos os sentidos, não só interprete, as rampas, mais acessibilidade, falta terapia ocupacional”.  
(Professora 4)

“Acredito na inclusão para melhorar a situação de uma educação inclusiva”.  
(Professora 5)

“Deverão ser atendidos nas escolas no ensino regular para melhorar a inclusão”. (Professora 6)

“Com ajuda adequada do sistema (SEMED) eles se desenvolvem naturalmente”. (Professor 7)

“Que todos devem ser tratados por igual e foi uma coisa boa que a gente fez”. (Gestor)

Notamos que os professores necessitam de mais apoio em sala de aula, pois sozinho ele encontra dificuldade para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Conhecer os diferentes tipos de necessidades especiais é algo que parte do professor, mas essa busca requer dedicação para que a partir daí ele possa ter mais segurança ao receber um aluno com algum tipo de necessidade especial. Nas Diretrizes Nacionais de 2001 para educação diz que o

professor deve desenvolver o currículo, mediante adaptações, e quando necessárias atividades da vida autônoma e social no turno inverso.

A escola é um contribuinte importantíssimo para o processo de inclusão. Ela é uma ponte que liga o aluno à educação. Assim, procuramos conhecer quais os recursos didáticos e pedagógicos que a escola oferece para o professor trabalhar com alunos com NEE e obtivemos as seguintes respostas:

“Sala de recurso e material, televisão, computador, domino e outros”.  
(Professoras 1,5 e 6)

“Confeccionado pelo professor”. (Professora 2)

“Comprar, fazer material pedagógico”. (Professora 4)

“Nem sempre a escola oferece recurso para desenvolvimento dos alunos”.  
(Professores 7 e 3)

“A escola tem muitos recursos para os alunos com necessidades especiais, o necessário”. (Gestor)

Os professores usam a sala de recurso como uma importante ferramenta para trabalhar com alunos com NEE. Ela oferece subsídios que complementam o aprendizado, fazendo com que os alunos que frequentam a sala de recurso aprendam cada vez mais.

Continuando a destacar as condições da escola para atender alunos com NEE, quanto à acessibilidade, a escola pesquisada está preparada para inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, nas classes comuns. Dos pesquisados, obtivemos as seguintes respostas:

“Têm banheiros adaptados, portas largas, rampas”. (Professoras 1, 2, 4, 5 e 6)

Apenas respondeu que “não”. (Professora 3)

“É necessário que haja urgente uma infraestrutura boa para receber esta clientela”. (Professor 7)



Os alunos precisam estar incluídos de todas as formas e o ambiente contribui para essa inclusão. As Diretrizes Nacionais para Educação Especial diz que as escolas devem assegurar acessibilidade aos alunos e que deve ser realizado a adaptação das escolas, oferecendo mais conforto aos alunos com NEE.

Também buscamos conhecer que propostas estão garantidas pelo projeto político pedagógico (PPP) que possibilitem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especial no ensino regular e obtivemos o seguinte resultado:

“No PPP da escola eu não participei, e não tive esta curiosidade, foi erro meu”. (Professora 1)

“Inserir e procurar incluir de verdade”. (Professor 2)

“Estamos refazendo o projeto da sala de recurso”. (Professora 5)

“A escola está em reconstrução do projeto”. (Professora 6)

“Não conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola”. (Professor 7)

Não responderam (Professoras 3 e 4)

“As mesmas para os outros, também estão garantidos para eles que têm necessidades especiais, como cadeiras de rodas/acessibilidade”. (Gestor)

Observamos que há pouco conhecimento do projeto político pedagógico da escola, e que quando citado os professores não tinha muito que falar. Além disso, alguns deles ainda usaram o PPP referente ao ano 2012 como exemplo. O PPP é uma ferramenta importantíssima para a escola, pois através dele ela tem “um norte” para efetivar seu trabalho pedagógico durante o ano letivo.

Procuramos conhecer se o planejamento da aula contempla conteúdos específicos ou diferenciados que favoreçam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar e social e obtivemos as seguintes respostas:

“Todos os conteúdos são específicos, mas no desenvolvimento e estratégia é diferente para facilitar o aprendizado do aluno”. (Professora 1)

“Responde que sim! Que o planejamento de aula contempla conteúdos específicos ou diferenciados que favoreçam a inclusão dos alunos com NEE no âmbito escolar social”. (Professoras 2 e 5)

“O planejamento de aula não contempla conteúdos específicos ou diferenciados que favoreçam a inclusão dos alunos com NEE no âmbito escolar social”. (Professoras 3 e 6)

“O professor não deve ter conteúdos diferenciados pode ter a metodologia de ensino, e adaptações, materiais acessíveis”. (Professora 4)

“Existe um planejamento diferenciado baseado no que o aluno é capaz”. (Professora 5)

“Nem sempre o planejamento contempla esses alunos”. (Professor 7)

Compreendemos que para existir uma inclusão de qualidade, não deve haver conteúdos diferenciados, e sim metodologia que atenda a tal necessidade. A professora 4 relata que procura buscar melhores condições de adaptação para o aluno, como por exemplo: aluno com baixa visão, colocar perto da janela dando mais claridade; aluno com deficiência mental, adaptar o lápis enrolando uma fita adesiva para dar maior firmeza na mão; e assim continua na busca por melhores condições que se adaptem às diferentes necessidades desses alunos.

Perguntamos quais são as ações da gestão escolar que contribuem para inclusão e permanência dos alunos com NEE no ensino regular. Tivemos as seguintes respostas:

“Projetos e Palestras” (Professores 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7)

Há a necessidade de um projeto voltado para a inclusão do aluno com NEE na escola e as palestra fortalecem o aprendizado, despertam para o conhecimento.

Procuramos conhecer como acontece o envolvimento da família dos alunos com necessidades educacionais especiais:

“Regular! Existem alguns pais que se preocupam com o seu filho especial, outros se preocupam mais só no benefício”. (Professora 1)

“Regular! Falta acompanhamento e alguns não aceitam o próprio filho como ele é”. (Professora 2)

“Pouco/suficiente! Geralmente não se preocupam com o problema do filho”. (Professora 3)

“Regular! Algumas famílias não se interessam pelo desenvolvimento”. (Professora 4)

“Regular! Pouca participação”. (Professoras 5 e 6)

“Pouco/suficiente! Muitas vezes os pais ou responsáveis querem se livrar desses alunos na escola”. (Professor 7)

Compreende-se que a família sempre será a base de todo processo educativo, sua participação é extremamente importante para o desenvolvimento de uma boa aprendizagem e a ausência da família pode causar sequelas no aprendizado escolar.

No decorrer da pesquisa, interrogamos os professores sobre se acreditam que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais tem ocorrido conforme os preceitos legais. E foram obtidas as seguintes respostas:

“Não! Porque os governantes não estão preocupados com os mesmos”. (Professora 1)

“Às vezes! Na teoria sim, mas na prática, ainda resta o preconceito”. (Professora 2)

“Não! Falta de estrutura e apoio pedagógico”. (Professora 3)

“Não! Falta muita coisa”. (Professora 4)

“Às vezes! Ainda tem muito a desejar não tem formação suficiente”. (Professora 5)

“Às vezes! Tem muito a desejar”. (Professora 6)

“Às vezes! Para que haja inclusão é necessário que haja condições para isso”. (Professor 7)

Nota-se que embora existam leis favorecendo os direitos dos alunos com necessidade educacional especial assim como a inclusão dos mesmos no ensino regular, ainda há muito que melhorar, é preciso que tenha qualidade de serviço e que seja oferecido com ética. A Legislação Brasileira é clara quando declara que “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficientes aconteça preferencialmente na rede regular de ensino”.

## 7 CONCLUSÃO

Este trabalho teve a intenção de buscar conhecimentos sobre como acontece a formação continuada de professores em uma perspectiva inclusiva atendendo aos alunos com necessidades educacionais especiais, assim como também compreender como acontece a relação entre a teoria e a prática na escola campo. Diante de algumas observações na escola campo, percebemos que a mesma oferece ambiente adequado para os alunos com necessidades especiais e disponibiliza uma ferramenta que complementa o aprendizado, que é a sala de recurso, onde oferece atendimento no contra turno.

Procurando compreender a postura dos professores foi aplicado questionário. Mas também tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente com alguns professores e obter informações sobre sua perspectiva inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais e sobre sua atual formação.

Mediante nossas conversas, observamos que somente a formação inicial não oferece preparo suficiente para enfrentar uma sala com alunos com necessidades educacionais especiais, pois alguns têm dificuldades e necessitam de auxílio. Assim, é preciso mais que uma formação para que eles sejam capazes de atender a esse público heterogêneo. No entanto, a falta de formação, como alguns alegam ter, não ocorre por falta de oferta, e sim de maior interesse dos próprios professores. Tivemos a oportunidade de conhecer uma ementa de um curso que será realizado pelo SIADI, na formação de professores para o atendimento educacional especializado. Assim, observamos que são ofertados cursos de formação para o atendimento educacional especializado.

Comprendemos também que é demais sobrecarregar um professor com a total responsabilidade de trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais sem condições adequadas, mas o que se percebe é que apenas alguns procuram conhecer as limitações de seus alunos, procurando valorizar suas qualidades.

A presente pesquisa não teve como pretensão fazer nenhuma crítica em relação à atuação dos professores em sala de aula com os alunos com necessidades educacionais especiais, apenas verificar quais são suas dificuldades e

como acontece sua formação continuada na perspectiva inclusiva, quem a realiza e como os professores participam desse processo de formação, conhecer os maiores desafios enfrentados e quais as condições para uma formação de qualidade.

No entanto, notamos que não existem receitas prontas para atuar com aluno com NEE e que o professor, ao entrar em uma sala de aula, não poderá ter certeza de que vão existir apenas alunos de fácil aprendizagem. Assim é necessário que ele não se limite a uma simples formação, mas que ele esteja sempre pesquisando na busca constante pelo conhecimento capaz de fornecer sustentação a uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Fátima: **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. 4. Ed. Fátima Alves: RJ: WAP Editora, 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.2/2001. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, DF. 2001
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n.9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, DF, 1996.
- BRASIL. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF; Senado, 1998.
- BAPTISTA, Cláudio. Hugo. **Inclusão e escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- CERIGNONI, Francisco Núncio; RODRIGUES, Maria Paula. **Deficiência**: uma questão política? São Paulo: Editora Paulos, 2005.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva**: a organização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- EDLER, Carvalho, Rosita. **Educação Inclusiva**: com pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação 2004
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Conferência mundial, UNESCO, junho de 1994, em Salamanca, na Espanha
- DENARI, Fátima. Um novo olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação a inclusão. In Rodrigues, David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
- CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2009.

COELHO, Washington Luis Rocha. **Educação Especial**. São Luiz:UemaNet ,2009.

FERREIRA, Julio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo processo. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2006

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Artmed: São Paulo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

VASCONCELLOS, Celso Santos. **Indisciplina**: construção da indisciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 15° Ed. São Paulo: Liberdade, 2004. (Cadernos Pedagógicos da Liberdade, v.4)

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XX . **Revista da Educação Especial**, out. 2005.



## **APÊNDICE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA - CCSST**  
**Coordenação do Curso de Pedagogia**



CAMPUS DE IMPERATRIZ

Este questionário é parte integrante de pesquisa realizada no **Projeto de Monografia**, cujo tema é **Formação do Professor: saberes necessários par inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais**, realizada pela acadêmica do 9º Período do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – UFMA, objetivando conhecer na prática como funciona a atuação do professor diante o tema apresentado.

### Questionário aplicado aos professores de sala de aula regular

1) Formação:

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> magistério          | <input type="checkbox"/> especialização |
| <input type="checkbox"/> superior            | <input type="checkbox"/> mestrado       |
| <input type="checkbox"/> superior incompleto | <input type="checkbox"/> doutorado      |

2) Quantos anos você trabalha com alunos com necessidades educacionais Especiais?

- Menos de 2 anos     de 2 a 5 anos     mais de 5 anos

3) Que tipo de formação você recebeu ou tem para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais ?

- formação continuada oferecida pela escola
- formação continuada oferecida pela a Secretaria de Educação Municipal (SEMED)
- formação continuada oferecida pelo Ministério de Educação (MEC)
- especialização
- mestrado

( ) outros

4) Com qual frequência você participa de cursos de formação com a temática “Educação Inclusiva “durante o ano letivo?

( ) Nenhuma vez ( ) 1 a 2 vezes ( ) 3 a 4 vezes ( ) + 4 vezes

5) Quais metodologias você utiliza para atender as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula ?

---

---

---

6) Como os alunos com necessidades educacionais especiais são incluídos na escola no dia a dia

---

---

7) Você tem alguma dificuldade para trabalhar a inclusão na sala de aula?

( ) sim ( ) não ( ) as vezes

Explique: \_\_\_\_\_

---

---

8) Quais os maiores desafios enfrentados pelo professor ao receber alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

9) Qual sua percepção sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

10) A escola oferece recursos didáticos/ pedagógicos para você trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais?

sim  não  as vezes

Quais \_\_\_\_\_

---

---

11) Quanto a acessibilidade, a escola esta preparada para inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais ,nas classes comuns, como rampas, banheiros adaptados,portas largas,dentre outros aspectos?

sim  não

Comente \_\_\_\_\_

---

---

12) Como é o envolvimento dos pais de alunos com necessidades educacional especial , no processo de inclusão?

ótimo  bom  regular  pouco/insuficiente

Justifique \_\_\_\_\_

---

---

13) Você acredita que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais , tem ocorrido conforme os preceitos legais?

sim  não  as vezes

Porquê? \_\_\_\_\_

---

---

14) Que propostas estão garantidas no Projeto Político Pedagógico da escola que possibilitam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular?

---

---

---

15) O planejamento da aula contempla conteúdos específicos e/ou diferenciados que favoreçam a inclusão dos alunos com necessidades educacional especial no ambiente escolar e social?

sim     não     as vezes

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

16) Quais as ações da gestão escolar que contribuem para a permanência e a integração dos alunos com necessidade educacional especial no ensino regular?

projetos

palestras

cursos de formação

outros \_\_\_\_\_

17) Você acredita que tem uma formação profissional é adequada para trabalhar a inclusão em sala de aula?

Sim

Não

18) Quais os desafios encontrados em sala de aula para trabalhar a inclusão educacioanal? \_\_\_\_\_

---







